

## **A POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO COMO EXPRESSÃO DE UM PROJETO CONSERVADOR: UMA ANÁLISE SOBRE A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PELOTAS**

FERNANDA ARNDT MESENBURG<sup>1</sup>; GILCEANE CAETANO PORTO; MAURO AUGUSTO BURKERT DEL PINO<sup>3</sup>

<sup>1</sup>UFPEL – [fernandamesenburg@gmail.com](mailto:fernandamesenburg@gmail.com)

<sup>2</sup>UFPEL – [gilceanep@gmail.com](mailto:gilceanep@gmail.com)

<sup>3</sup>UFPEL – [mauro.pino1@gmail.com](mailto:mauro.pino1@gmail.com)

### **1. INTRODUÇÃO**

O campo da alfabetização é historicamente atravessado por disputas conceituais, metodológicas e políticas, que refletem diferentes projetos de sociedade. Essas disputas vão além da escolha de métodos de ensino, envolvendo concepções de sujeito, de educação e do papel social da escola. Alfabetizar, assim como formular políticas públicas, nunca é um ato neutro, mas permeado por interesses e visões de mundo (MAINARDES, 2006, 2018).

Compreendida em sua função social (SOARES, 2003, 2004, 2020), a alfabetização constitui um ato emancipatório, essencial para a formação crítica dos sujeitos. Contudo, algumas correntes buscam reduzi-la a um processo meramente técnico, restrito à decodificação. Em contraposição, a perspectiva do letramento sustenta que o aprender a ler e escrever envolve dimensões sociais, históricas e culturais, sem negar o aspecto mecânico da escrita.

Durante o governo Bolsonaro (2019–2022), foi instituída, sem diálogo com profissionais da educação, a Política Nacional de Alfabetização (PNA), pelo Decreto nº 9.765/2019. Longe de ser inédita, a política resulta de disputas históricas no campo da alfabetização e expressa um projeto conservador, alinhado a princípios neoliberais (MORTATTI, 2019, 2020). A PNA, portanto, opõe-se ao campo progressista da educação e materializa uma disputa ideológica em torno da formação das crianças no país.

Essa breve introdução situa o tensionamento entre projetos políticos distintos em disputa no campo educacional. De um lado, o desejo de padronização e controle; de outro, a ação docente crítica e comprometida com a aprendizagem integral dos sujeitos. De um lado, a imposição de um modelo acrítico de aprendizagem evidenciado em modelos como o preconizado pela PNA; de outro, a alfabetização vista como ponte para a emancipação social como defendido em políticas anteriores vinculadas ao campo progressista, como o PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa).

É nesse cenário que se insere este trabalho, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (PPGE/UFPEL), que analisa a influência da PNA, como expressão de um projeto conservador, nas políticas da Secretaria Municipal de Educação e Desporto de Pelotas/RS (SMED) e nas práticas das professoras alfabetizadoras.

Para além da política em si, a pesquisa discute o conservadorismo enquanto orientação ideológica (SAVIANI, 2008; APPLE, 2001), sustentado na defesa da ordem, da tradição e da autoridade, valores que reforçam a manutenção de estruturas sociais desiguais e hierarquizadas. Como referencial de análise, adota-se a Abordagem do Ciclo de Políticas (BOWE; BALL; GOLD, 1992), que possibilita

compreender os processos de formulação e desdobramento das políticas em seus diferentes contextos, articulada à Teoria da Atuação (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016), que destaca o papel ativo de professoras alfabetizadoras e gestores da SMED na interpretação e adaptação das diretrizes às especificidades locais.

## **2. METODOLOGIA**

Para alcançar os objetivos deste estudo, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa, com levantamento bibliográfico, estudo documental e investigação de campo. O levantamento bibliográfico teve como finalidade ratificar a escolha teórico-metodológica e compreender as principais pesquisas no campo das políticas públicas para a alfabetização, especialmente aquelas dedicadas à análise da PNA. Em paralelo, realizou-se a pesquisa documental, com leitura de textos oficiais de políticas e diretrizes, além de obras como MORTATTI (2019) e GONTIJO (2014), o que possibilitou reconstruir o percurso histórico das políticas que culminaram na PNA. Nesse processo, comparou-se o caderno da PNA ao relatório da Câmara dos Deputados “Alfabetização infantil: os novos caminhos” (2007), o qual é tido como um documento inicial que já trazia as mesmas preconizações defendidas posteriormente no texto da PNA.

A investigação de campo baseou-se em dados da Pesquisa Nacional Alfabetização em rede, da qual o GIPEP (Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Educação Pública), nosso grupo de pesquisa, faz parte. Esse estudo coletivo, com cerca de 117 pesquisadores de 29 universidades, investigou discursos e práticas de alfabetização durante a pandemia e os desdobramentos da PNA. Através do questionário inicial enviado em sua 1ª fase, foi possível ter acesso às professoras da rede investigada, as quais posteriormente participaram de rodas de conversa e entrevistas sobre PNA, com vistas a responder aos objetivos deste estudo. Para além das docentes, a investigação também ocorreu com a escuta da profissional da SMED que esteve à frente do processo de efetivação PNA no município.

A análise dos dados seguiu o referencial da Análise Textual Discursiva (ATD) de MORAES e GALIAZZI (2020). Já a análise da política fundamentou-se na Abordagem do Ciclo de Políticas, considerando seus três contextos iniciais: contexto de influência, onde discursos e disputas definem prioridades; contexto da produção de texto, em que a política é elaborada como resultado desses embates; e contexto da prática, onde o texto é interpretado e (re)significado no cotidiano dos sujeitos.

## **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A análise revelou que a PNA se insere em um contexto mais amplo de avanço de políticas educacionais conservadoras, alinhadas a um projeto de sociedade que busca restringir o papel da escola à formação de sujeitos obedientes e adaptáveis. Esse conservadorismo, enquanto orientação ideológica, fundamenta-se na defesa da ordem, da tradição e da autoridade — valores que sustentam a manutenção de estruturas sociais desiguais e hierarquizadas. No campo educacional, essa perspectiva se expressa em propostas que procuram neutralizar o caráter político e social do processo de ensino, exatamente como faz a PNA. Nesse sentido, a política não apenas direciona para um único método, mas também atua como mecanismo ideológico, reforçando um modelo de educação que subordina o trabalho docente e esvazia o caráter crítico da alfabetização.

O ideal de alfabetização defendido neste estudo difere fortemente do que é preconizado pela PNA. Com base, sobretudo, em Magda Soares, sustenta-se uma abordagem que articula o domínio do sistema da escrita às práticas sociais de uso da linguagem, rejeitando a dicotomia entre alfabetização e letramento. Aprender a ler e escrever não se reduz à decodificação de letras e sons, mas implica compreender a linguagem em seus diversos contextos e funções sociais.

Constatou-se que a Política Nacional de Alfabetização não se consolidou como referência efetiva para as docentes da rede, uma vez que foi introduzida de maneira descontextualizada e sem o investimento necessário por parte da SMED. As ações voltadas à sua implementação foram pontuais, concentrando-se principalmente na oferta do curso *Tempo de Aprender*, sem espaço para a discussão dos fundamentos teóricos e metodológicos que sustentam a política. Assim, na Rede Municipal de Ensino de Pelotas, a PNA não se efetivou como diretriz orientadora do trabalho docente. As professoras alfabetizadoras, ao relatarem suas práticas, destacaram a importância de contextualizar o ensino da leitura e da escrita às realidades dos estudantes, evidenciando a alfabetização como um direito que ultrapassa a mera aquisição técnica.

#### 4. CONCLUSÕES

À luz dos dados analisados, é possível afirmar que a PNA não produziu impactos significativos na Rede Municipal de Ensino de Pelotas. As dificuldades e dilemas que atravessam o campo da alfabetização resultam de um processo histórico marcado por múltiplas determinações e não podem ser atribuídos ao curto período de vigência dessa política. A ausência de efetivação concreta, as críticas formuladas pelas professoras quanto ao seu conteúdo e formato, bem como a permanência de práticas fundamentadas no letramento, evidenciam que, embora oficialmente instituída, a política não conquistou legitimidade no contexto investigado.

Ainda que sua aplicação tenha se mostrado ineficaz na rede analisada, a PNA representa a materialização de um projeto conservador de sociedade, afinado à ideologia da extrema direita. Cabe a nós, pesquisadores e educadores, mantermos atenção e resistência frente às suas diretrizes, que continuam a atravessar os discursos educacionais e a formulação de políticas públicas. A disputa em torno da alfabetização, portanto, é tanto pedagógica quanto ideológica, envolvendo diferentes concepções sobre o papel da escola, da docência e da própria formação das crianças e jovens no Brasil.

Torna-se essencial, nesse cenário, sustentar o compromisso com a pesquisa, a parceria com a rede e o diálogo constante com as docentes, como forma de fortalecer a resistência e a defesa desse campo.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPLE, Michael. **Educando à Direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade**. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.

BALL, Stephen J.; MAGUIRRE, Meg; BRAUN, Annette. **Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016, 230p.

BRASIL. **Grupo de trabalho alfabetização infantil : os novos caminhos : relatório final**. 2ª ed. [s.l.] Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2007.

BOWE, Richard; BALL, Stephen; GOLD, Anna. **Reforming education & changing schools: case studies in Policy Sociology**. London: Routledge, 1992.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. **Análise textual discursiva**. 3. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2020.

GONTIJO, Cláudia Maria Mendes. **Alfabetização: políticas mundiais e movimentos nacionais**. Campinas; Autores Associados, 2014.

MAINARDES, J. **Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais**. Educação & Sociedade, v. 27, p. 47–69, 1 abr. 2006.

MAINARDES, J. **A abordagem do ciclo de políticas: explorando alguns desafios da sua utilização no campo da Política Educacional**. Jornal de Políticas Educacionais, Curitiba, v. 12, 2018.

MORTATTI, M. R. L. **A “Política Nacional de Alfabetização” (Brasil, 2019): uma “guinada” (ideo) metodológica para trás e pela direita**. Revista Brasileira de Alfabetização, Belo Horizonte v. 1, n. 10 (Edição Especial), 25 mar. 2020. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/348>. Acesso em: 20 ago. 2020.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Brasil, 2091: notas sobre a “política nacional de alfabetização”**. Revista OLHARES, v. 7, n. 3 – Guarulhos, nov/2019.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008.

SOARES, M. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. In: Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, no 25, pp. 5-17, 2004.

SOARES, Magda. **Alfabetizar: toda criança pode aprender a ler e a escrever**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento**. São Paulo: Contexto, 2003